

JORNALISMO E NEGRITUDE: A REPRESENTATIVIDADE DA MULHER NEGRA NA VEICULAÇÃO DO JORNAL O LIBERAL

Journalism and Blackness: The representation of the black woman in the publication of the newspaper The Liberal.

Periodismo y Negritud: La representatividad de la mujer negra en la transmisión del periódico El Liberal.

Alice de Fátima Nogueira de Moura¹
Ingrid Pereira Reis^{2, 3}

RESUMO

A maneira como a mídia, em especial o jornalismo brasileiro, representa a mulher negra, ainda reforça o estereótipo racial e social pobre e sexista, além de o espaço para a veiculação de conteúdos produzidos e protagonizados por negras ser quase inexistente. A partir dessa afirmação, a problemática da pesquisa procurou responder o seguinte questionamento: qual a representatividade da mulher negra no jornalismo impresso, mais especificamente no jornal O Liberal? O objetivo geral deste trabalho foi investigar a representatividade da mulher negra no jornalismo impresso, mais especificamente no jornal O Liberal, e como objetivos específicos: pesquisar a representatividade da mulher negra no jornal em discussão; analisar a representatividade da mulher negra nesses conteúdos; comparar, o espaço de voz entre mulheres negras e brancas, e, identificar se o discurso do jornal fortalece o silenciamento das mulheres negras. Como instrumento de pesquisa, utilizou-se a entrevista semidirigida com a jornalista Sheila Faro, Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Pará – SINJORPA, que foi transformada em material audiovisual. A conclusão aponta que o modelo atual de comunicação do jornal O Liberal

¹ Mestra em Estudos Literários pela Universidade Federal do Pará (UFPA), e-mail: zyngga@gmail.com.

² Graduada do curso de Comunicação Social-Jornalismo da Faculdade de Estudos Avançados do Pará (FEAPA), e-mail: ingrid.reis0909@gmail.com.

³ Endereço de contatos do(s) autor(es) (por correspondência): Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação. Av. Augusto Correa, 01, Guamá. CEP: 66075-110. Belém, PA – Brasil.

fortalece o silenciamento das mulheres negras, negando a essas mulheres participação ativa em discussões essenciais para a estruturação de uma sociedade mais justa e igual.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo Impresso; Mulher; Negritude; Representatividade.

ABSTRACT

The way the media, especially Brazilian journalism, represents the black woman, still reinforces the racial and social stereotype poor and sexist, and the space for the production of content produced and carried out by black people is almost non-existent. From this statement, the research question sought to answer the following question: what is the representation of the black woman in print journalism, more specifically in the newspaper The Liberal? The general objective of this work was to investigate the representativeness of the black woman in printed journalism, more specifically in the newspaper The Liberal, and as specific objectives: to investigate the representativeness of the black woman in the newspaper under discussion; analyze the representativeness of the black woman in these contents; compare the voice space between black and white women, and identify if the newspaper's speech strengthens the black women's silence. As a research tool, the semi-directed interview with the journalist Sheila Faro, President of the Syndicate of Journalists of Pará - SINJORPA, was used, which was transformed into audiovisual material. The conclusion is that the current communication model of the newspaper O Liberal strengthens the silence of black women, denying these women an active participation in discussions essential for the structuring of a more just and equal society.

KEYWORDS: Printed journalism; Woman; Blackness; Representativity.

RESUMEN

La manera como los medios, en especial el periodismo brasileño, representan a la mujer negra, todavía refuerza el estereotipo racial y social pobre y sexista, además del espacio para la difusión de contenidos producidos y protagonizados por negras ser casi inexistente. A partir de esa afirmación, la problemática de la investigación buscó responder el siguiente cuestionamiento: ¿cuál es la representatividad de la mujer negra en el periodismo impreso, más específicamente en el periódico O Liberal? El objetivo general de



este trabajo fue investigar la representatividad de la mujer negra en el periodismo impreso, más específicamente en el periódico O Liberal, y como objetivos específicos: investigar la representatividad de la mujer negra en el periódico en discusión; analizar la representatividad de la mujer negra en esos contenidos; comparar, el espacio de voz entre mujeres negras y blancas, y, identificar si el discurso del periódico fortalece el silenciamiento de las mujeres negras. Como instrumento de investigación, se utilizó la entrevista semidirigida con la periodista Sheila Faro, Presidenta del Sindicato de Periodistas de Pará - SINJORPA, que fue transformada en material audiovisual. La conclusión apunta que el modelo actual de comunicación del diario O Liberal fortalece el silenciamiento de las mujeres negras, negando a esas mujeres participación activa en discusiones esenciales para la estructuración de una sociedad más justa e igual.

PALABRAS CLAVE: Periodismo Impreso; las mujeres; negritud; Representatividad.

Recebido em: 12.11.2018. Aceito em: 18.12.2018. Publicado em: 16.01.2019.

Introdução

Por muitos anos permeou sobre a consciência brasileira a falsa ideia de que no país vivíamos uma democracia racial. Essa ideia era vendida de maneira equivocada pela mídia, tanto em território brasileiro como no estrangeiro. Esses conceitos derivam da colheita de uma colonização brutal e imposição do modelo de vida europeu aos nativos, assim como uma abolição da escravatura tardia. O negro, desde o tempo colonial, é visto como objeto de trabalho braçal e inferior em seus hábitos culturais. Mas a mulher negra do tempo colonial, além de receber os mesmos castigos inerentes aos homens, era alvo de mutilações e barbaridades sexuais que eram direcionadas apenas à sua condição de mulher. Assim, para Davis (1982, p.11):

Os comportamentos dos donos de escravos para as mulheres escravas eram: quando era rentável explorá-las como se fossem homens, sendo observadas, com efeito, sem distinção de gênero, mas quando elas podiam ser exploradas, castigadas e reprimidas em formas ajustadas apenas às mulheres, elas eram fechadas dentro do seu papel exclusivo de mulheres.

Não é de mérito apenas do Brasil o comportamento social patriarcalista, resultando em uma cultura machista, naturalizada e “normal”. Índices apontam a submissão das mulheres em relação aos homens em diversas áreas da sociedade historicamente. Mas quando delimitamos os estudos para a mulher negra, os números são muito mais alarmantes, assim afirma Ribeiro (2016): “A invisibilidade da mulher negra dentro da pauta feminista faz com que essa mulher não tenha seus problemas sequer nomeados” (RIBEIRO, 2016, p. 101).

Quando há no jornalismo um espaço, ainda que ínfimo, para a veiculação de matérias afrodescendentes, a inserção delas se deve aos poucos profissionais mulheres e homens negros que integram os veículos jornalísticos e conseguem dar um pouco de visibilidades ao discurso das minorias. Como afirma Carrançá (2004), a cobertura de interesse de grupos discriminados está relacionada à atuação de profissionais

desses grupos dentro das empresas de comunicação.

É preciso que essa temática seja pesquisada e analisada mais a fundo, para que possamos pensar em maneiras de transformar essa realidade. Uma das justificativas para a escolha do tema em questão se refere à experiência pessoal vivenciada pelas pesquisadoras. Como crianças negras, em um país que não possui educação pública de qualidade com políticas de igualdade racial e de gênero, pontuamos que não passamos pelos mesmos processos de crescimento, formação e ascensão pessoal que uma criança branca. E, ao longo de nossa formação, continuamos a sofrer desigualdades sociais que foram motores para que hoje se pensasse na produção desse trabalho.

Assim, este artigo teve como objetivo geral investigar a representatividade da mulher negra no jornalismo impresso, mais especificamente no jornal O Liberal. E como objetivos específicos: Pesquisar a

representatividade da mulher negra no jornal O Liberal, durante o mês de novembro de 2017, principalmente os conteúdos veiculados no Dia da Consciência Negra (20 de novembro); Analisar a representatividade da mulher negra nesses conteúdos; Comparar, nesses conteúdos, o espaço de voz entre mulheres negras e brancas; Identificar se o discurso do jornal fortalece o silenciamento das mulheres negras.

Estabelecemos como procedimentos metodológicos a pesquisa documental, com o intuito de auxiliar no levantamento e identificação do material que foi utilizado no trabalho – as edições do jornal O Liberal do mês de novembro de 2017 e seus respectivos Cadernos –, e a pesquisa bibliográfica para sustentar conceitualmente as categorias eleitas para o tratamento do tema. Esta contempla, os estudos de Foucault (1999), na obra A ordem do discurso, sobre a compreensão dos diferentes momentos históricos em que se estabelecem as ordens, a partir de verdades.

Jornalismo e Sociedade

A sociedade contemporânea se desenvolve em ritmo acelerado e a informação é o esteio principal dentro de uma estrutura tecnológica como a que está em constante expansão atualmente. Nesse contexto, faz-se necessário uma mídia capaz de desmontar o mito que as sociedades capitalistas geram, de que as pessoas vencem sempre pelo seu esforço individual. Toda essa negação por parte dos meios de comunicação é fator determinante para que haja silenciamento dos povos afrodescendentes, além de uma falsa ideia de que a comunidade negra não é um grupo que apresenta características sociais e culturais em comum, que possuem uma conexão entre si, uma identificação que interliga suas histórias e passados. A mídia, pela repressão ou persuasão, contribui para que o sujeito negro deseje, inveje e projete um futuro identificatório antagônico em relação à realidade de seu corpo e sua história étnica e pessoal (SOUZA, 1983).

Carneiro (2003) pontua em seu artigo *Mulheres em Movimento* “a presença minoritária de mulheres negras nas mídias, bem como a fixação dessa presença em categorias específicas (a mulata, a empregada doméstica)”. (CARNEIRO, 2003 p. 49). Em contrapartida, esse é um cenário que se perpetua na mídia veiculada em todo território nacional. Haja vista que a mídia atua em um nível macro como um gênero discursivo capaz de catalisar expressões políticas e institucionais sobre as relações interraciais, em geral estruturadas por uma tradição intelectual elitista que acaba por legitimar a desigualdade social pela cor da pele (SODRÉ, 1999).

Partindo dessas referências, analisamos o jornal *O Liberal* que está em veiculação em Belém desde o ano 1946. Em 1966 o veículo foi adquirido pela Organizações Rômulo Maiorana (ORM) que segue atualmente em seu domínio. Nos primórdios de sua veiculação, o jornal foi criado para ser um órgão de propaganda dos membros do Partido Social Democrático, chefiado por

Magalhães Barata. Já na administração de Rômulo Maiorana, o Liberal ganha mais colunas sociais, políticas, policial e mais destaque ao noticiário esportivo. Nota-se também a presença de colunas sobre cinema e uma variedade maior de seções e até cadernos especiais sendo lançados em determinadas ocasiões, como nas eleições (CASTRO; SEIXAS, 2013).

Negritude não é conceito: é reação!

Segundo Munanga (1988), a negritude, em sua concepção histórica, surge em meados do século XIX, em um contexto de relação política e econômica dos Estados Africanos com a Europa. Essa relação não se caracterizou como amistosa, pelo contrário, com a descoberta da América pelos europeus no século XV, a valorização das suas terras demandava mão-de-obra barata. Foi então que, aproveitando-se da vulnerabilidade do desenvolvimento tecnológico de guerra da África, os europeus lançaram mão do reservatório

humano de negros africanos, com o mínimo de gastos e riscos.

A partir de então, o negro começa a ser fragmentado em suas qualidades humanas, a ser construído na mentalidade europeia como um ser tosco, intelectualmente fraco e reduzido à sua habilidade física. Embora a massa africana tenha sido atingida pela ideia de insuficiência humana, o negro africano instruído intelectualmente foi o que menos resistiu às pressões da alienação europeia. De acordo com Munanga (1988, p. 7), esse negro instruído “perde a confiança em suas possibilidades e nas de sua raça, e assume os preconceitos criados contra ele. É nesse contexto que nasce a negritude”. Nasce da reação dos negros africanos ao tomarem consciência da alienação a qual se deixaram levar.

Em suma, negritude é a retomada das raízes negra, é o momento em o que o indivíduo negro aceita seu destino, aceita sua cultura. É a força maior que se assemelha à coletividade, é a identificação em todas as formas da história e cultura negra: sua identidade

reconstituída e equilibrada. Segundo o dicionário, a palavra negritude é definida como “característica ou estado de ser negro”. Em um segundo significado, atribui-se sociologicamente o sentido da palavra para “sentimento de orgulho ou conscientização acerca da cultura negra; valorização das peculiaridades, valores culturais e/ou orgulho racial, pertencentes à cultura dos negros”. Recorrendo à Souza (1983, p. 77) para aprofundar essa discussão, analisamos o peso desse conceito na formação do sujeito negro; ser negro é, além disto, tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona em uma imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse dessa consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. Assim, “ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é torna-se negro” (SOUZA, 1983, p. 77).

Identidade tem Cor?

A identidade humana pode ser definida como um conjunto complexo de afirmações e referências que integram o sujeito a uma continuidade histórica social com outros sujeitos. Essa identidade “não é um objeto fechado, mas é, sim, construída continuamente por efeito de diálogo contínuo com a sociedade ou com o mundo externo, tendo em vista que é algo implícito em qualquer representação feita pelo próprio indivíduo de si mesmo” (BARBOSA; SILVA, 2010, p. 139). Essa afirmativa é enfática quando analisa que a construção da identidade está relacionada a uma ligação com diferentes meios e instituições sociais. Esse papel de mediador pode ser desempenhado ora pelas instituições oficiais, como família, religião, escola, Estado, ora pelos meios que representam o mundo exterior, como os meios de comunicação.

Segundo Sodré (1999), o termo identidade vem de “idem” e significa único e idêntico a si mesmo, apesar das pressões de transformação interna e

externa. Assim, a identidade é o caráter do que se diz “um”, embora seja “dois” ou “outro”, por forma e efeito. Dessa forma, para se tornar si mesmo é necessário que o indivíduo reconheça e se utilize da representação de outros indivíduos que apresentem similaridade ao conjunto de suas particularidades étnico-culturais. A integração do coletivo é determinante para a aceitação e reconhecimento da sua própria identidade. Como sujeitos sociais, somos moldados por “um sistema interpretativo cujos objetos, compartilhados por um grupo social, podem ser crenças, valores, padrões cognitivos e linguísticos, etc.” (SODRÉ, 1999, p. 40).

A construção midiática que centraliza a informação, e os autores do discurso, precariza o processo de construção da identidade da população negra. Em relação a mulher negra esse processo é mais violento e desintegrante, haja vista que o racismo acompanhado do machismo gera desigualdades em nível econômico, social e político. Em

todas essas áreas de atuação o feminino negro é minoria.

Representatividade e Mulher Negra

Antes de conceituar o termo representatividade, é importante destacar que esse termo, por vezes, é comparado à palavra representação, porém existem diferenças em relação ao conceito de representação e representatividade. Os dois conceitos são pautas distintas, tendo em vista que: Etimologicamente, ‘representação’ provém da forma latina ‘repraesentare’ – fazer presente ou apresentar de novo. Fazer presente alguém ou alguma coisa ausente, inclusive uma ideia, por intermédio da presença de um objeto. Tal seria, por exemplo, o sentido da afirmação de que o Papa e os cardeais ‘representam’ Cristo e os Apóstolos (MAKOWIECKY, 2003, p. 3, grifos da autora).

Segundo essa autora, representação significa falar em nome do outro, é traduzir uma realidade, utilizando algo ou alguém para reproduzir a realidade exterior. Como forma

determinante em toda e qualquer sociedade, a representação traduz o coletivo que compõe o ambiente social. Já o conceito de representatividade se traduz no ato de representar politicamente os interesses de um determinado grupo, ou seja, é atribuído a um indivíduo, integrante de dada classe, a função de desempenhar o papel de espelho da cultura, aparência e comportamento do grupo no qual está inserido.

Segundo o dicionário representatividade deriva do termo representativo que “diz-se de um organismo a que se reconhece o direito de representar uma comunidade, uma nação”, ou ainda a “pessoa, figura representativa, a que se distingue em sua classe”. É importante pontuar que a ausência de um olhar crítico na discussão sobre questões raciais tem invisibilizado as mulheres negras e suas lutas, obstaculizando, assim, o caminho de se tornarem sujeitos políticos. (RIBEIRO, 2016). De toda forma, tanto o conceito de representação, quanto o de

representatividade serão úteis nesse trabalho, porém o termo representatividade será apontado como foco principal do estudo, porque está intimamente ligado ao ato de representar de maneira política, efetiva e engajada.

Resultados

O mês que escolhemos para analisar o jornal tem significação simbólica, já que é o mês oficial da comemoração da Consciência Negra, celebrada no dia 20 de novembro em território nacional. O decreto que sancionou a Lei nº 12.519 de Zumbi, ou Lei da Consciência Negra, foi instituído dia 10 de novembro de 2011, oficializando dia 20 do mesmo mês como o dia oficial da valorização da luta dos negros na sociedade brasileira. A comemoração desse dia remonta simbolicamente à data do falecimento do líder quilombola Zumbi dos Palmares, que morreu lutando pela liberdade de sua gente em 1695. Zumbi era a representatividade de uma sociedade negra que se desenvolveu devido a

procura por abrigo de escravos fugitivos das casas grandes no final do século XVI, área essa que ficou conhecida como quilombo dos Palmares, área que resistiu entre 1630 e 1695, por quase um século na região de Alagoas.

Visando entender como se dão os discursos e os assuntos veiculados no periódico, o primeiro caderno examinado foi o caderno Cidades, das Edições Polícia e Atualidades, porém houve maior ênfase da pesquisa nos dias 20 e 21 de novembro de 2017. Buscamos, primeiramente, identificar as matérias em que houve alguma forma de divulgação e citação da mulher negra, atentando para a compreensão da linguagem utilizada nas matérias e a produção do discurso em comparação com os assuntos que retratam as populações não negras.

a) Edições em que não houve representatividade da mulher negra:

Não foi observado nas matérias do caderno Cidades, edições polícia e atualidades dispostas no quadro 1, qualquer indício de representação imagética da mulher negra. Abrimos um

parêntese para informar que o único dia em que não foi possível nenhum tipo de investigação foi a Edição do dia 18 de novembro do ano de 2017, que não foi encontrada no arquivo do prédio do Jornal O Liberal.

Além de ser percebida a falta de visibilidade a esse grupo, também não identificamos nessas edições, especificamente, alguma atribuição à mulher negra quanto ao discurso nos conteúdos das matérias, ou, pelo menos, não estava exposto, de modo que pudesse ser percebido enfaticamente a presença dessa demarcação. Abaixo as Edições que se encaixam nessa descrição:

DIAS	01, 02, 04, 05, 07, 08, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 23, 24, 27, 29, 30.
MÊS	Novembro
ANO	2017

Quadro 1: Edições sem representatividade da mulher negra. **Fonte:** As autoras, 2018.

b) Edições em que houve representatividade da mulher negra:

Observou-se a representatividade de diferentes maneiras da mulher negra, seja por meio das fotos que acompanharam os conteúdos escritos, seja por meio do discurso inserido nesse material nos dias especificados no quadro abaixo. Atentamos também para os mecanismos utilizados na produção midiática, visto que “compreender, na perspectiva discursiva, não é, pois, atribuir um sentido, mas conhecer os mecanismos pelos quais se põe em jogo determinado processo de significação” (ORLANDI, 1996, p.117). Sendo assim, os dias que vamos analisar mais detalhadamente as formas discursivas e imagéticas são os dias 20/11 e 21/11 do ano de 2017. Abaixo os dias das Edições em que houve representatividade:

DIAS	03, 06, 09, 13, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 28.
MÊS	Novembro
ANO	2017

Quadro 2: Edições com representatividade da mulher negra. **Fonte:** As autoras, 2018.

A capa do jornal O liberal trouxe, no dia 20 de novembro de 2017, uma abordagem sobre as questões raciais que permeiam os discursos referentes à data que marca as lutas pela liberdade dos negros e negras no Brasil. Na capa, a chamada que evidencia o tema apresenta a temática das cotas raciais: “Cota racial não vai garantir igualdade”, delimita o pequeno texto, no canto da página. Adiante a figura da capa da Edição nº 35.557 do jornal:



Figura 1 – O Liberal, 20 nov. 2017, capa. **Foto:** Ingrid Pereira Reis, 2018.

No dia da Consciência Negra, o jornal O Liberal limitou-se em mostrar uma visão política e econômica sobre o assunto, apresentando o ponto de vista

de um homem negro que conquistou um espaço de ascensão em um ambiente educacional, como mostra a fotografia retirada da matéria:



Figura 2 – O Liberal, 20 nov. 2017, p. 6.
Foto: Ingrid Pereira Reis, 2018.

A matéria é desenvolvida em formato de entrevista (perguntas e respostas sequenciadas), relacionadas à dificuldade de oportunizar igualmente negros e brancos na sociedade. No desenrolar da entrevista, é possível observar que a centralidade do discurso está voltada para o público masculino. No trecho da resposta do entrevistado à pergunta “O sistema de cotas raciais nas universidades é satisfatório?”, entre

outros aspectos, ele delimita: “não conhecemos um presidente negro nas cinco maiores empresas do país. Até conseguimos colocar negros nas universidades, mas não conseguimos colocar professores negros nas salas de aula” (LIBERAL ano LXXI, nº 35.557, p. 6), e ele continua: “do conjunto de pesquisadores brasileiros, só 1% é negro” (IDEM, IBIDEM, p.6).

As informações citadas pelo professor são de extrema relevância para trazer à tona diferenças e desigualdades enfrentadas pela população negra atualmente. Geralmente, essas pessoas não têm espaço para opinar sobre essas temáticas: o que vemos é a pouca incidência de temas como política e economia. Em relação a isso, verificamos que a divulgação aborda um ponto positivo. Mas, onde fica a representatividade da mulher negra nessas informações? Falar de racismo contra o público feminino é falar também de machismo. Dificilmente os meios de comunicação explanam sobre essa proposição. Dessa forma, por não serem

nem brancas, nem homens, as mulheres negras ocupam uma colocação muito difícil na sociedade branca. Nós representamos uma espécie de carência dupla, uma dupla alteridade, já que somos a antítese de ambos, branquitude e masculinidade. Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro, e nunca si mesma (KILOMBA, 2012).

No dia 21 de novembro, a temática da consciência negra foi retomada pelo veículo. As questões das desigualdades raciais e sociais foram mais exploradas pelo jornal, agora em nível regional. A valorização da cultura negra também é citada, e nesse segundo momento, a voz da mulher negra se faz presente.

No canto da página, a capa do jornal anuncia: "Consciência negra discute números da desigualdade".



Figura 3 – O Liberal, 21 nov. 2017, capa.
Foto: Ingrid Pereira Reis.

Na página 7 do caderno Cidades, da edição de Atualidades, duas matérias são divulgadas em alusão ao dia 21 de novembro. A primeira estampa o título: "Brasil: desigualdade e violência tem cor". Na foto que acompanha o texto, aparecem duas mulheres, uma delas é negra. Dessa vez, há espaço direcionando à fala da mulher negra. Contudo, o parágrafo que inicia o texto apresenta os números da violência que vitima homens, jovens negros em todo o país:

O dia Nacional da Consciência Negra, celebrado ontem, os indicadores ainda mostram que a desigualdade e a violência no país têm cor. O Atlas da Violência 2017, lançado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – (IPEA), e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em junho passado revela que homens, jovens negros e de baixa escolaridade são as principais vítimas de morte violentas no País. (LIBERAL, ano LXXI, nº 35.55, novembro de 2017, p. 7).

“Ela também sempre enfrenta preconceitos”, diz a frase que anuncia o trecho da entrevista:

Ser negra no Brasil ainda é muito difícil, porque existe muito racismo. Sempre me dizem que preciso alisar meu cabelo, que não fico bonita desse jeito, falam da minha cor. Até as pessoas negras reproduzem isso e não se assumem que são quilombolas. Eu me assumo, gosto da minha raiz, do meu cabelo, da minha cor, e dos meus traços, e acho isso importante porque me faz sentir liberta. Enfrento esse problema como estudante e sei que também os terei na vida profissional”. (LIBERAL, ano LXXI, nº 35.558, novembro de 2017, p. 7).

A matéria que consideramos mais importante, nesses dois dias, foi a divulgação que aparece logo abaixo do conteúdo analisado anteriormente, com o título “Cedenpa volta a apontar a necessidade de valorização da cultura negra”:



Figura 4 – O Liberal, 21 nov. 2017, p. 7
Foto: Ingrid Pereira Reis.

Um ponto positivo da análise do jornal é a abordagem sobre as questões identitárias e o enfrentamento ao preconceito das mulheres negras. Na fala da estudante Débora dos Santos da Silva, de 18 anos, essa discussão ficou evidente:



Figura 10 – O Liberal, 21 nov. 2017, p. 7.
Foto: Ingrid Pereira Reis, 2018.

A abordagem do tema é feita em poucas linhas. Consideramos que o significado do conteúdo desse material é muito abrangente e significativo para o pouco espaço em que foi disponibilizado. Entendemos dessa forma porque foi a única abordagem, em todas as 29 edições do jornal analisadas, que tocou no ponto exato do significado atribuído ao Dia da Consciência Negra: a valorização da luta e da cultura desse povo. Outra característica muito positiva dessa matéria é o espaço discursivo centralizado em uma mulher negra, uma mulher que representa a luta constante por busca de igualdades para a população negra no estado do Pará: Zélia Amador de Deus, Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e Co-fundadora do Centro de Estudos - Cedenpa, entidade sem fins lucrativos que luta pela erradicação das desigualdades raciais no Pará e no Brasil.

De acordo com sua declaração ao jornal, o racismo é um mal da sociedade brasileira que, ao longo do tempo,

transforma os próprios indivíduos negros em vítimas de um sistema que os menospreza e os padroniza. Diz ela: “Os negros brasileiros foram socializados para serem racistas, machistas e homofóbicos” (LIBERAL, ano LXXI, nº 35.558, 2017, p. 7).

Para Sodré (1999), o discurso negativo ou invisível do indivíduo negro o leva a interiorizar sua própria decadência identitária. Nesse sentido, Foucault (1999) chama de força da verdade o processo de oposição entre o verdadeiro e o falso ao afirmar:

Como se poderia razoavelmente comparar a força da verdade com separações como aquelas, separações que, de saída, são arbitrárias, ou que, ao menos, se organizam em torno de contingências históricas; que não são apenas modificáveis, mas estão em perpétuo deslocamento; que são sustentadas por todo um sistema de instituições que as impõe e reconduzem; enfim, que não exercem sem pressão, nem sem ao menos uma parte de violência”. (FOUCAULT, 1999, p.13-14).

Ainda problematizando esse conteúdo, verificamos que a posição visual que o material ocupa no periódico foi a menor encontrada entre todas as

matérias analisadas com a temática racial nos dias 20/11 e 21/11, período em que houve maior número de assuntos relacionados à discussão sobre a consciência negra. Relacionando esse conteúdo com a primeira matéria divulgada no dia 20/11, cujo tema e imagem estão dispostos na Figura 2 desse trabalho, “Data mostra que “apartheid social” existe”, ficaram evidentes as disparidades nas duas divulgações: Ora pelo fato de que o espaço de fala disposto a um homem negro foi maior que o disposto a uma mulher negra, ora pelo fato de que uma divulgação com especificidades relacionadas às desigualdades econômicas e políticas destacou uma visão masculina do assunto.

Diante dessa afirmação, entendemos que, ao se esquivar da tarefa fundamental de informar fazendo jus às diferenças raciais e socioculturais do Brasil, os meios de comunicação não só comprometem a construção de particularidades voltadas para a

valorização de aspectos positivos dos negros e negras, como também faltam com a garantia de um direito constitucionalmente estabelecido na Lei nº 12.288, a qual afirma que: “A publicação veiculada pelos órgãos de comunicação valorizará a herança cultural e a participação dos afro-brasileiros na história do País” - Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, (Art. 55), 20 de julho de 2010 .

Esse tipo de postura discursiva prova como os veículos de comunicação sustentam a falta de um olhar étnico-racial para políticas de enfrentamento a violência contra a mulher. (RIBEIRO, 2016).

Conclusão

Com a pesquisa, foi constatado que o espaço direcionado à comunidade negra no jornal analisado não contempla a amplitude multicultural, social e representativa que os povos afrodescendentes possuem no estado do Pará, principalmente em relação ao objeto desta pesquisa, que é a mulher

negra especificamente. A partir dessa visão, a essência do que se pretendeu analisar, correlacionando as estratégias de comunicação do Jornal O liberal, se definiu.

Depois da investigação minuciosa dos cadernos selecionados das 29 Edições (a edição do dia 18 de novembro não foi encontrada no arquivo do Jornal O Liberal), constatou-se que a viabilidade da pesquisa estava centrada na averiguação de conteúdo jornalístico no que tange ao discurso que corrobora as temáticas de Raça, Etnia e Identidade da mulher negra em comparação com os grupos não-negros e, principalmente, as mulheres não negras.

A atenção da pesquisa também estava voltada para a linguagem e discursos que acompanham as matérias em que há divulgação da imagem dessa mulher negra, além de verificar a disposição visual que esse material ocupa. A partir dessa leitura flutuante, constatamos que o espaço de representação para/e feito pela mulher

negra é quase nulo, logo, durante o mês que a pesquisa focou, foi percebida a presença minoritária de espaço de voz direcionado ao feminino negro. Nos 29 dias que examinamos, em 18 dessas edições não foi encontrado, seja nos textos do material jornalístico disposto, seja nas fotografias veiculadas, algum tipo de alusão à mulher negra. Nas 11 Edições do jornal em que houve algum tipo de referência a mulheres negras, verificamos que a falta contextualização e abordagem aprofundada em questões raciais, de classe e gênero dificultou a exploração mais realista do assunto.

Inexoravelmente, a mulher negra é minoria no jornalismo impresso do grupo O Liberal. O espaço de representatividade direcionado a ela é mínimo. Delimitando a discussão para as mulheres de maneira geral, foi possível entender que o modelo a ser seguido por elas na sociedade paraense é o modelo branco, que se afirma diariamente por meio de notas, colunas e reportagens no periódico. As mulheres brancas detêm o espaço de voz

para falar de moda, beleza, casa, eventos, decorações, e também sobre a violência doméstica, problemática que atinge mais ferozmente a condição da mulher e negra na sociedade patriarcalista que ainda se reforça contemporaneamente. Corroborando essa análise, identificamos que esse modelo atual de comunicação do jornal O Liberal fortalece o silenciamento das mulheres negras, negando a essas mulheres participação ativa em discussões essenciais para a estruturação de uma sociedade mais justa e igual.

Referências

- DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. 1ª Ed. Grã Bretanha, The Women's Press, Ltda. 1982.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- MAKOWIECKY, Sandra. Representação - a palavra, a idéia, a coisa. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, UFSC, n. 57, dez. 2003.
- MUNANGA, Kabengele. **Negritude - Usos e Sentidos**. Editora Ática. 2ª edição, 1988.
- ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento**. Campinas: Pontes, 1996.
- SILVA, Maria Nilza. **Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo**. Brasília, DF: Fundação Cultural dos Palmares, 2006.
- SODRÉ, Muniz. **Claros e Escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. 2ª ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.
- SOUZA, N. S. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- BARBOSA, Eryl Guedes; DA SILVA, Silvano Alves Bezerra. Cor e Sexo no Jornalismo: Representações das Mulheres Negras nas Páginas de duas Revistas Femininas. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as**, ABPN, v. 1, n. 2, p. 133-156, 2010.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Revista Estudos Avançados**, USP, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948/11520>.

CARRANÇA, F. BORGES, R. S. **Espelho Infiel**: o negro no jornalismo brasileiro. Vários autores. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, 2004.

CASTRO, Avelina Oliveira de; SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. História, discursos e relações de poder nas páginas de O Liberal. **Anais...** Encontro Nacional de História da Mídia, v. 9, 2013.

KILOMBA, Grada. A Máscara, "The Mask" In: Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism. Münster: Unrast Verlag, 2a. Ed., 2010. Tradução: Jessica Oliveira de Jesus. **Cadernos de Literatura em Tradução**, n. 16, p. 171-180, 2014.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. SUR 24 - **Revista Internacional de Direitos Humanos.**, Conectas, v. 13, n. 24, p. 99-104, 2016. Disponível em: <http://sur.conectas.org/feminismo-negro-para-um-novo-marco-civilizatorio/>.